



A DEFESA NACIONAL

Ialta (1945-1995): Meio Século Depois

Therezinha de Castro*

"Em fevereiro de 1995, comemora-se, melancolicamente, os 50 anos de Ialta, onde a ambição pelo poder se reflete, ainda hoje, no mundo que habitamos."

Assim se expressou a autora, no encaminhamento do artigo para publicação em A Defesa Nacional, no qual aprecia o encontro histórico entre Roosevelt, Churchill e Stalin, às vésperas do término da Segunda Guerra Mundial no Continente Europeu.

Na Península da Criméia, projetada no Mar Negro, então devastada pelas tropas nazistas, dos dias 4 a 11 de fevereiro de 1945, reuniam-se, no Palácio de Livadia, residência de verão dos czares russos, os então "Três Grandes" — Roosevelt, Churchill e Stalin. A Segunda Guerra Mundial estava quase no seu fim, e o trio de vencedores, não mais como aliados, iriam se encontrar para um exame da situação internacional e a conseqüente reorganização do mundo.

Historicamente, Ialta seria considerada a mais importante conferência diplomática desde o Congresso de Viena (1815), reunido para os reajustes internacionais após a derrota de Napoleão Bonaparte. Segundo seu comunicado oficial, deveriam, em Ialta, ser traçados planos para se chegar "à mais estreita coordenação do esforço militar dos três países". Em conseqüência, os três estadistas eram assessorados por representantes das Forças Armadas e respectivos ministros das Relações Exteriores: Eden (Inglaterra), Stetinius (Estados Unidos) e Molotov (URSS). Tudo para que se pusesse um fim à força do nazismo, centrada no Eixo RO-BER-

* Membro do Corpo Permanente da ESG.

TO (Roma-Berlim-Tóquio) e viesse a acomodar um Eixo Leste/Oeste em utópica fusão dialética capitalismo/comunismo.

A utopia estava justamente no garantir-se a paz num pós-guerra. E é Churchill que destaca o fato, no volume 12 do seu *The Second World War* neste trecho: “embora as três grandes potências fossem aliadas no momento e nenhuma delas pretendesse cometer um ato de agressão, em dez anos, mais ou menos, os três líderes teriam desaparecido e chegaria ao poder uma geração que, não havendo experimentado a guerra, se esqueceria do que havíamos passado”.

Por sua vez, sem nenhuma visão do que a História iria preparar, Sumner Welles, subsecretário de Estado declarava, em 28 de fevereiro de 1945, ao *The Washington Post*: “A Declaração de Ialta, aconteça o que acontecer depois, erguer-se-á para sempre como um gigantesco passo à frente para o estabelecimento de um mundo pacífico e ordeiro.”

Cinquenta anos depois, a História mostraria um esquema bem diferente.

Desejamos, em Ialta, “garantir, pelo menos durante os próximos cinquenta anos, a paz”, escreveria Churchill. A História iria transformar essa paz na “Guerra Fria”.

O ALVO ALEMÃO

Já em Ialta, a Alemanha Nazista ficava condenada ao desaparecimento. O comunicado oficial, expedido em 12 de fevereiro, ao término da reunião, determinava: “As Forças das três potências ocuparão zonas separadas da Alemanha... Chegamos a um acordo para a política comum e planos

para a rendição incondicional, cujos termos serão impostos à Alemanha Nazista após o término da resistência armada germânica.”

Essa resistência cessaria três meses depois, em maio, com os alemães adeptos de uma extrema direita, preferindo bem mais o capitalismo vencedor do que o também vitorioso comunismo de extrema esquerda. A sair de um totalitarismo de direita para um de esquerda, melhor seria um meio termo de democracia, mesmo que fosse ditada por outro continente — a América. A História, porém, reservaria para a derrotada Alemanha Nazista um outro papel — o de girar, pelo menos por algum tempo, na órbita dos dois sistemas opostos vencedores, instalados em seus territórios ocidental e oriental. Era tudo consequência do encontro de confraternização entre tropas soviéticas e estadunidenses no Rio Elba, dando-se as mãos, no dia 24 de abril de 1945.

Geopoliticamente, a Alemanha era instada a se manter no confronto de um Eixo Leste/Oeste que se formava. Dentro do enfoque geoestratégico, os Estados Unidos haviam vencido a guerra, mas na Europa conflagrada, diplomaticamente, a URSS se imporia — não participara do desembarque na Normandia no “Dia D”, para poder varrer com o Exército Vermelho toda a parte oriental.

Em Ialta não haveriam, pois, aliados, já que cada um cuidaria de tratar de seus próprios interesses, cujo comunicado oficial determinando que as potências se instalariam em zonas desmembradas da Alemanha, embora “com uma coordenação central formada pelos comandantes supremos que terão quartel-general em Berlim”. A História cuidaria de implantar, nessa mesma Berlim, um muro que anularia a utópica coordenação central.

O plano de partilha da Alemanha não sairia a gosto de Roosevelt. Em seu *The Last Battle*, Cornelius Ryan conta que o presidente dos Estados Unidos havia enviado ao Pentágono seu plano, no qual tanto Berlim quanto Leipzig ficavam do lado ocidental. A proposta deve ter sido “engavetada” e não retornou à Ialta. Ao que parece, os militares estadunidenses estavam bem mais do lado de Churchill do que de Roosevelt.

O estadista inglês não tinha maiores interesses na Europa Oriental. Sabia, por outro lado, que estavam contados os dias do poderoso Império Britânico, e que, no confronto hegemônico, a mundialização dos problemas iria ficar com os Estados Unidos e a URSS. Assim, o poder de Londres teria que se contentar com uma regionalização, para não perder de todo a sua presença no cenário político. Perseguindo tal objetivo, achou melhor, de início, aliar-se ao Kremlim, através de concessões no setor oriental, para gozar de alguma influência no ocidente europeu.

A França, que também se despedia da bipolaridade como a Inglaterra, serviria, para os Estados Unidos, como uma espécie de contrapeso, daí o convite para participar da partilha, quando os limites de seu setor alemão passariam a ser “acordados pelos quatro governos interessados, através de seus representantes na comissão consultiva européia”.

Medidas detalhadas foram divulgadas no documento oficial de declaração conjunta, sempre dentro do “inflexível propósito de destruir o militarismo alemão e o nazismo, para assegurar que a Alemanha não possa vir a perturbar outra vez a paz do mundo”. Determinava-se, por isso, em Ialta, “desarmar e dissolver todas as Forças Armadas alemãs,

eliminando para sempre o estado-maior alemão... transportar e destruir todo o equipamento militar alemão... eliminar ou controlar toda a indústria alemã que possa vir a ser utilizada para a produção militar”.

Complementava a ação contra o alvo alemão, a eliminação do Partido Nazista, suas leis e organizações, devendo “os criminosos de guerra” ser submetidos à Justiça, o que se concretizaria em Nuremberg, de 20 de novembro de 1945 até 1º de outubro de 1946. Nessa cidade da Baviera, foram julgados, por um Tribunal Militar Internacional, 24 membros do Partido Nazista e 8 Organizações acusadas por crimes de guerra; 12 foram condenados à forca e 7 à prisão perpétua. O veredicto de Nuremberg permitiria à ONU definir o crime de genocídio como ato cometido com a intenção de aniquilar um grupo humano nacional, étnico, racial ou religioso, inicialmente chamado de lesa-humanidade.

Ainda contra o alvo alemão, estabelecia-se, em Ialta, uma comissão para agir no sentido de reparação aos donos causados pela guerra, determinando-se que sua sede ficaria em Moscou.

PERÍODO TRANSICIONAL

A Alemanha vencida seria retalhada, a França/Inglaterra alijadas do jogo geopolítico internacional, exigindo tudo isso, um meio-termo, numa fase de transição que ficaria à espera de nova bipolaridade — meio-termo, ou período transicional, que viesse a reger o Mundo ainda sem destino traçado.

Por isso, nascia em Ialta a ONU, mais como paliativo, muito embora o comunicado oficial a definisse como “uma organização

internacional para manter a paz e a segurança". É fato que as bases da ONU já haviam sido preestabelecidas em, Dumbarton Oaks, entre 21 de agosto e 7 de outubro de 1944, mas o documento de Ialta declara que as dificuldades surgidas lá, haviam sido resolvidas na cidade da Criméia que, abrigando os "Três Grandes", também se decidira pela convocação de uma Conferência a se realizar em S. Francisco, marcando-lhe até a data para 25 de abril de 1945, a fim de que se preparasse a sua Carta.

O continentalismo anularia, logo de início, o universalismo da ONU, já que sua Carta, para legalizar a já existente OEA (Organização dos Estados Americanos), daria legitimidade às organizações regionais e conseqüente proliferação. Para discipliná-las, porém, subordinou-as ao Conselho de Segurança que, com seu poder de veto, assegurava o principal: a supremacia dos "Cinco Grandes", apontados em Ialta, já que seu documento oficial inclui o seguinte: "O governo da China e o governo provisório da França serão consultados imediatamente e convidados a participar junto com os governos dos Estados Unidos, Grã Bretanha e URSS."

Na multipolaridade dos "Cinco Grandes", imposta por Ialta à ONU, vem bem a propósito a observação de Raymond Aron: "quando as grandes potências estão de acordo, com ou sem segurança coletiva, não há guerra". Mas a essa multipolaridade transitória iria se sobrepôr a bipolaridade Estados Unidos/URSS, e o mesmo não se poderia atribuir a esta, pois o confronto a vem caracterizando em todas as fases do processo histórico, desde a Antiguidade.

BIPOLARIDADE

Quando o mundo conflagrado ainda era dirigido por Roosevelt e Churchill, em nome dos "aliados", os dois líderes, sem a presença de Stalin, haviam se reunido, na primeira quinzena de agosto de 1941, em pleno Atlântico, a bordo do *Augusta*, cruzador estadunidense e do *Príncipe de Gales*, encouraçado inglês, para decidirem, em linhas gerais, não só sobre a liberdade nos oceanos e mares, como sobre o desarmamento seguido de "colaboração a mais completa entre todas as nações no terreno econômico, com a finalidade de assegurar para todos melhores condições de trabalho, desenvolvimento e segurança social". Em Ialta, declarava-se a fé nos princípios da Carta do Atlântico, embora com objetivos bem mais voltados para a Europa e não para o mundo, em geral.

Estava aí a semente da bipolaridade, disposta, segundo o documento de Ialta, a "ajudar os povos libertados da dominação nazista e antigos satélites do Eixo a resolver, por meios democráticos, seus prementes problemas políticos e econômicos". Por isso, os Planos Marshall (1947) e Molotov (1954) iriam se direcionar, respectivamente, para a Europa Ocidental e Oriental. E no bojo de problemas bem mais geopolíticos e geoestratégicos do que econômicos propriamente ditos se impuseram as alianças militares da OTAN (1949) e do Pacto de Varsóvia (1955).

Em conseqüência, além do alvo alemão, Ialta geraria, ainda no contexto europeu, outros dois impasses geopolíticos que são, coincidentemente, destacados no seu comunicado oficial — a Polônia e a Iugoslávia — duas peças de importância na geoestratégia

do continente, que meio século depois de Ialta ainda estão por se resolver.

A Polônia era criada “como resultado de sua completa libertação pelo Exército Vermelho”, afirmava o comunicado oficial de Ialta. Libertada para se transformar, ao lado da Alemanha Oriental, numa das peças-chave da geoestratégia soviética, integradas na “Cortina de Ferro” e reunidas no Pacto de Varsóvia. No entanto, em detrimento da Alemanha Nazista vencida, a Polônia herdaria, subtraídos dela, territórios vitais, desde o célebre “Corredor de Dantzig”, que era transformada em Gdansk, mas ainda o próprio núcleo geoistórico germânico — a Prússia, que dividiria com a URSS. Tudo devidamente acordado em Ialta onde “os três chefes de governo consideraram que a fronteira oriental da Polônia deve seguir a Linha Curzon, com algumas modificações de cinco a oito quilômetros, em favor da própria Polônia. Reconhecem que a Polônia deve receber importantes anexações de territórios tanto no norte quanto no oeste”.

Essa mesma Polônia, tão bem-dotada territorialmente, escolhia, em 1946, o comunista Boleslau Bierut para a Presidência da República e, modelada pelo padrão soviético, passava, a partir de 1952, a ter eleições sob regime de partido único. Meio século depois de Ialta, a Polônia, país de fronteiras artificiais, tem situação geopolítica extremamente delicada; tanto do lado da CEI que substituiu a URSS ainda mantendo territórios poloneses anexados, como na crítica linha do Oder-Neisse, no geoestratégico corredor para o Báltico, como no setor prussiano ainda dentro de suas fronteiras. Cabe, pois a Ialta, a manutenção desse mero “expediente da História”.

No outro geoestratégico extremo da Europa, Ialta nos legaria, meio século depois, um outro enigma geopolítico, destacado no seu comunicado oficial, quando os três líderes resolvem “recomendar, ao Marechal Tito e ao Dr. Subasic, que deve ser levado a cabo, imediatamente, o acordo concluído entre eles, e que se deve formar um outro governo sobre as bases do dito entendimento”. Recomendava, ainda, que o *Avnoj*, ou Assembléia Anti-Facista de Libertação Nacional, deveria ser ampliada com a inclusão dos membros do *Skophina*, ou Parlamento Iugoslavo, que não haviam aderido ao inimigo.

Justificava-se a recomendação porque, na Iugoslávia invadida pelos alemães, haviam se organizado dois grupos de resistência. Um deles, sob o comando de Josip Bros Tito, acusando o outro de colaborar com os nazistas, receberia, em 1943, armas dos Aliados. Terminado o conflito, Tito abolia a monarquia e, simpatizante do comunismo, passava a dirigir o destino do país, nascido também como mero “expediente da História” após a Primeira Guerra Mundial, para premiar a Sérvia, aliada dos russos.

Dentro do contexto geoestratégico, deveria se constituir na outra extremidade da “Cortina de Ferro” mas, durante toda a “Guerra Fria” a Iugoslávia, rompida com a URSS já em 1948, sem se aliar aos Estados Unidos, transformava-se num enigma geopolítico. Meio século depois de Ialta, a História o registra se esfacelando com lutas entre várias nacionalidades.

Encerrando o comunicado oficial, vem o item intitulado “Cooperação entre as Três Potências” — cooperação que, na prática, em face da bipolaridade Estados Unidos/URSS, ficaria como letra morta durante todos esses cinqüenta anos. Com a formação do Eixo

Leste/Oeste, na geopolítica do confronto, jamais se realizaria a tão propalada "unidade na paz e na guerra".

O documento de Ialta, firmado por Churchill, Roosevelt e

Stalin não encontraria resposta "na continuação e crescente cooperação entre nossos três países e entre todas as nações amantes da paz". É que, em Ialta, além dos contratos sem embasamento geopolítico, foram assinados pactos secretos, muitos dos quais dados a conhecer já em 1947. Um deles era o de que a Convenção de Montreux, de 1936, que dava à Turquia o direito de controlar os Estreitos de Dardanelos e Bósforo, poderia vir a ser modificado. Era mais uma geoestratégia do Kremlin em prol de uma livre saída por um mar quente que o Pentágono sustaria em tempo, atraindo a Turquia para a OTAN.

Aceitou-se ainda, em Ialta, que a URSS declararia guerra ao Japão, recebendo em troca as Ilhas Kurilas, a metade meridional da Sakalina e ainda teria Porto Arthur e Dairien internacionalizados. O bom posicionamento geoestratégico da URSS no Pacífico obrigaria os Estados Unidos, terminada a guerra, a manter o ex-inimigo Japão como seu grande protegido, conservando-o dentro de sua esfera de influência. Dentro do binômio segurança e desenvolvimento, tendo como mais certo o primeiro, o governo de Tóquio iria se dedicar com exclusividade ao segundo — resultando disso, meio século depois de Ialta, a presença de um Japão como rival em termos econômicos frente aos Estados Unidos, com o iene tendo o seu *momentum*.

As peças de xadrez da "Guerra Fria" foram, pois, movimentadas ainda em Ialta.

"Em Ialta, além dos contratos sem embasamento geopolítico, foram assinados pactos secretos, muitos dos quais dados a conhecer já em 1947."

A URSS ganhava terreno na "Ilha Mundial" de Mackinder, enquanto os Estados Unidos tratavam de sua geoestratégia na Europa Ocidental. E, como complemento, Roosevelt saía

de Ialta direto para o Cairo, para avistar-se com a trinca de monarcas, Faruk (Egito), Hailê Selassié (Abissínia) e Ibne Saud (Arábia Saudita), para armar o seu jogo no Oriente Médio. Aí passaria a proteger Israel como autêntico "glacis defensivo", confrontando-se bem mais com os árabes manobrados pelo Kremlin. E, meio século depois de Ialta, a História vem ainda procurando chegar a um final feliz, que imponha a coexistência pacífica de Israel e viabilize um Estado palestino.

CONCLUSÃO

Conclui-se, pois, que a bipolaridade já se autogerminava nas rivalidades entre os objetivos dos três países representados em Ialta, sob pretexto de acusarem o nazismo de "usurpador mundial". Antes mesmo de aniquilarem esse "usurpador", já demonstravam que o objetivo que os tornara "aliados" — o da paz mundial — não seria alcançado. A paz mundial havia sido minada por acordos em desacordos que, por isso, não podiam ser cumpridos.

Um dos exemplos seria o da Aliança Anglo-Soviética, de 26 de maio de 1942, pacto de ajuda mútua entre Churchill e Stalin, estipulando ações e tarefas a serem cumpridas no pós-guerra. Basta, no caso, destacar o Artigo 5º, no qual as altas partes contra-

tantes se comprometiam em “não buscar a expansão territorial para si mesmas e de não intervir nos assuntos dos demais Estados”. Com o ingresso de Stalin no plano aliado Inglaterra/Estados Unidos, tornaram-se grandes as discrepâncias entre Londres e Moscou. Não estava sendo respeitada a Aliança de 1942, com a URSS anexando, por ato unilateral depois da guerra, os países bálticos (Letônia, Lituânia e Estônia). Na Iugoslávia, a monarquia passava a contar com o apoio de Londres e os guerrilheiros comunistas com a proteção de Moscou. Na Polônia, os ingleses estavam com o governo exilado e os russos com a resistência comunista.

Por outro lado, a Conferência de Casablanca reunida entre os dias 14 e 24 de janeiro de 1943, com Roosevelt e Churchill, sem convidar Stalin, daria a este motivos para grandes suspeitas. De fato, não poderia o líder russo estar presente pois, em Casablanca, iria se tentar anular pequena aresta entre os dois líderes de língua inglesa. Tratava-se da divisão que ocorria no movimento da resistência francesa capitaneados, respectivamente, pelos Generais De Gaulle e Giraud; o primeiro apoiado por Londres e o segundo por Washington. Podia, em consequência, a situação vir a pender em favor de Moscou. Daí em Casablanca haver sido lançada, pela primeira vez a fórmula da rendição incondicional acatada em Ialta. Na cidade marroquina, em 1943, Roosevelt e Churchill se posicionaram na firme resolução de *to accept nothing short of unconditional surrender from the Axis Nations*, traduzindo-se por “não aceitar absolutamente nada mais do que a rendição incondicional das Nações do Eixo”.

Anulada a Inglaterra, impunha-se a divisão bipolar do mundo, no confronto ideológico capitalismo/comunismo. No segundo

escalão, Londres não teria outra alternativa do que a de se passar para o lado Ocidental. A formação do AMGOT (*Allied Military Government of Occupied Territory*), realizada então entre ingleses e estadunidenses, seria considerada, no lado Oriental pelos partidários do comunismo, como autêntica “santa aliança contra o socialismo”.

O confronto de um mundo bipolar que Ialta não conseguira sustar estava organizado, e teria começo naquela mesma Europa, onde se conspurcava o nazismo por haver causado a Segunda Guerra Mundial. Estava certo o filósofo antigo, Aristóteles, ao dizer: “os bichos estão em guerra quando ocupam os mesmos lugares e consomem os mesmos recursos”.

Por isso, Ialta não conseguiu atingir seus objetivos como previra Churchill, de “garantir, pelo menos durante 50 anos, a paz”. Essa paz seria ofuscada pela “Guerra Fria” que o trio de Ialta não veria concluída por uma “Nova Ordem Mundial” de Eixos Norte/Sul que, em outra multipolaridade transitória, entra no compasso de espera até que se imponha outra bipolaridade a ser cumprida.

Enquanto isso não ocorre, outro trio procura se impôr, mas já na categoria de “Estados Diretores” do “Norte” possuidores da tecnologia e poder econômico, procurando atrelar aos seus destinos um “Sul” subdesenvolvido, numa conjugação de espaços vitais, prevista em 1937 pelo geopolítico alemão Haushofer. O novo trio é então composto pelos Estados Unidos, o vencedor da Segunda Guerra Mundial, e os vencidos — Alemanha e Japão.

Franklin Delano Roosevelt, reeleito Presidente dos Estados Unidos em 1944, morreria em 12 de abril de 1945, pouco depois de Ialta e dias antes da vitória final contra os

nazistas. No ano de 1952, era chegada a vez de *Ossip* (em georgiano) ou *Iosip* (em russo) Vissarionovitch Djugatchvilli, mais conhecido pelo apelido que recebera em 1911 — Stalin, significando “o homem de aço”. Já Sir Winston Leonard Spencer Churchill amargaria a derrota nas eleições de 1945 e voltava ao poder em 1951, para dele retirar-se por

motivo de doença em 1955. Morreria dez anos depois, vendo desmoronado o seu Império Britânico.

Em Ialta, os três líderes usaram do disfarce — atrás do objetivo de salvar a humanidade, se escondia a ânsia de governar o Mundo.

É essa a impressão que a história nos dá meio século depois. □

BIBLIOGRAFIA

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*, Editora da Universidade de Brasília.

RENOUVIN/DUROSELLE. *Introdução à História das Relações Internacionais*, Difusão Européia do Livro, S. Paulo, 1967.

Texto dos seguintes Documentos Oficiais extraídos de *Mil Lecciones de la Historia*, do Instituto Gallach Libreria y Ediciones, Barcelona, 1951 (2º Tomo).

Comunicado Oficial da Conferência de Ialta (págs. 246-248).

Comunicado Oficial da Carta do Atlântico (pág. 241).

Texto Oficial dos Acordos Anglo-Russo e de Casablanca (págs. 243-245).

PISTOLA TAURUS.



TAURUS®
FORJAS TAURUS S.A.

Av. do Porto, 511 - Porto Alegre
RS - Brasil - CEP 91360-000
Fones (051) 340-2244
Telex (51) 1129 FETUS BR
Fax (051) 340-4981



QUALIDADE E SEGURANÇA A SEU SERVIÇO.

Com uma Pistola Taurus você tem a certeza de segurança. A segurança que só a mais alta tecnologia pode proporcionar. Taurus, marca de qualidade à sua disposição.

PT 58 S.
Calibre 380, 12 + 1 tiros,
cano de 102 mm, dispositivo
de segurança manual, trava
de ferroilha, dente de
travamento de rão, precursor
a lance inercial, indicador de
carricho na câmara,
acabamento inoxidável ou
niquelada